

CONTRIBUTO DA HIPONÍMIA E DA MERONÍMIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÕES ANAFÓRICAS*

Considerada como uma estratégia relevante no processamento das relações textuais/discursivas, às quais são consignadas diferentes possibilidades de configuração, a anáfora tem sido estudada numa perspectiva pluridisciplinar, da qual resultaram várias propostas tipológicas para a sua classificação e a formulação de várias teorias sobre o seu funcionamento.

Enquanto fenómeno textual, a anáfora desempenha um papel importante no domínio da progressão referencial, na medida em que constitui uma estratégia linguística que permite ao alocutário manter em posição de foco um elemento específico sobre o qual recaía anteriormente a sua atenção. Trata-se, por conseguinte, de um processo interpretativo que consiste numa relação de dependência entre dois elementos – o antecedente (explícito ou implícito) e o anafórico – , podendo a distinção entre dois tipos básicos de configuração anafórica – a directa e a indirecta – ser fundada na natureza desta relação.

Assim, enquanto a anáfora directa se caracteriza pela existência de uma dependência interpretativa entre duas entidades linguísticas co-referentes, a anáfora indirecta define-se sobretudo por uma propriedade de não co-referência entre as entidades que preenchem os dois pólos da relação. Daí a necessidade de activação de um conjunto de estratégias inferenciais diversas, capaz de estabelecer os diferentes tipos de relação existentes entre as entidades linguísticas actualizadas.

* Este texto constitui uma versão revista da comunicação “The role of lexical relations in the configuration of anaphoric relations” apresentada na *4th International Conference on Discourse Anaphora and Anaphor Resolution* (DAARC2002), que decorreu na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa entre 18 e 20 de Setembro de 2002.

Partindo dos pressupostos de que os itens lexicais fornecem uma base adequada para o processamento de inferências no domínio pragmático e de que a determinação do sentido lexical é importante na distinção de diferentes tipos de anáfora, procurar-se-á evidenciar a relevância das relações lexicais de hiponímia e meronímia, não só para o processamento anafórico, mas também para a diferenciação entre anáfora directa e indirecta, salientando, no âmbito desta última, a especificidade da anáfora associativa.

1. Hiponímia e meronímia

A definição de hiponímia e de meronímia assenta essencialmente em dois princípios. O primeiro postula que uma relação semântica consiste numa afirmação com sentido entre dois objectos A e B, de tal forma que A tem uma relação X com B. O segundo assevera que esta relação, que pode assumir uma grande variedade de configurações, é representada pelo conceito de dependência, por sua vez estritamente ligado ao de dominação. A esta ligação, que envolve uma relação mono-orientada, dependente de uma relação lógica de inclusão ou implicação, está subjacente uma concepção hierárquica do léxico em que são consideradas pelo menos três relações de índole genérica: inclusão, posse e atribuição (Winston et al., 1987)¹.

Embora tanto a relação de hiponímia como a de meronímia pertençam ao primeiro tipo mencionado e partilhem a característica de serem constituídas por classes ou tipos passíveis de serem destacados ou decompostos, distinguem-se pelo modo como se encontram ligadas à ideia de inclusão.

1.1. Hiponímia

No caso da hiponímia, a orientação decorre geralmente no sentido da inclusão de uma classe mais baixa numa classe hierarquicamente superior e baseia-se na conexão de duas classes lexicais, relacionadas por um traço de similaridade de família.

O exemplo (1) ilustra esta organização lexical:

- (1) O amieiro-negro agrupa-se em formações pouco densas nas matas húmidas e próximo de pegos ou pântanos. Esta planta apresenta semelhanças com o escambroeiro e o álamo. É, todavia, um arbusto fácil de reconhecer pelas suas

¹ WINSTON, E.M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. – A Taxonomy of Part-Whole Relations, in *Cognitive Science*, 11, 1987, pp. 417-444

folhas ovaladas, marcadas na página inferior por 8 a 10 pares de nervuras salientes e paralelas².

Na verdade, configura-se uma relação de inclusão entre ‘amieiro-negro’, ‘planta’ e ‘arbusto’, que consiste numa ligação de dependência entre um hipónimo (‘amieiro-negro’, ‘arbusto’), ou um termo lexical subordinado, e o seu hiperónimo (‘planta’), o termo mais genérico. Além desta relação hierárquica básica, pode ainda estabelecer-se uma relação idêntica num nível paralelo, ainda que mais baixo, visto que ‘amieiro-negro’ é um hipónimo de um termo superordenado – ‘arbusto’.

De acordo com a tipologia de grupos conceptuais básicos estabelecida por Eleanor Rosch et al. (1976)³, os termos lexicais referidos em (1) agrupar-se-iam conforme a tabela 1.

Nível	Entidade lexical
superordenado	planta
médio	arbusto
subordinado	amieiro-negro

Tabela 1: Categorias de nível básico

A ordenação da tabela 1 clarifica os principais atributos da relação de hiponímia, ao tornar perceptível a relação semântica existente entre as três entidades lexicais, que pode ser sumariada por um esquema correspondente à hierarquia representada pelo domínio do verbo ‘ser’:

Um X é uma espécie / um tipo de Y
Um X é um Y

Esta paráfrase é sustentada por uma equação que provém do sistema mereológico e traduz as relações de dependência e de dominação que ocorrem entre classes:

Se $A \subset B$ e $B \subset C$, então $A \subset C$

² READER'S DIGEST – *Segredos e Virtudes das Plantas Mediciniais*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1983, p. 36

³ ROSCH, E. et al. – Basic Objects in Natural Categories, in *Cognitive Psychology*, 8, pp. 382-439

Assim:

Se um amieiro-negro é um tipo de arbusto e um arbusto é um tipo de planta,
então um amieiro-negro é uma planta

Daqui se depreende que a hiponímia é uma relação simétrica e transitiva, na qual a inclusão representa uma integração ascendente, podendo seguir dois padrões complementares, mas não sequenciais (Kleiber, Tamba, 1990)⁴:

- uma classe é integrada noutra classe, o que significa a inclusão de uma classe mais baixa, representada pelo nível subordinado, numa classe superior, representada por um nível superordenado (amieiro-negro \subset planta);
- algumas especificações são adicionadas para distinguir indivíduos de uma certa classe de indivíduos pertencentes a outra classe, quando ambos dependem da mesma classe superior (amieiro-negro \subset arbusto).

Um processo idêntico ocorre no exemplo (2):

(2) – Mas por que é que havia de acontecer logo com o nosso macaco? Não é só com o bicho, era também com eles, porque, na verdade, em todos os casos conhecidos de possuidores de chimpanzés, incluindo o Tarzan, eles eram o único casal que...⁵

Neste exemplo, uma categoria de nível médio corresponde ao primeiro hipónimo. Ainda que um hipónimo em primeira menção possa ser preenchido por um nome subordinado, especialmente quando se pretende fazer uma maior especificação, como parece ser o caso no exemplo (1), este papel parece ser frequentemente desempenhado por unidades do nível médio, como se verifica no exemplo (2) através da entidade lexical ‘macaco’.

Em geral, as unidades do nível médio são as mais significativas do ponto de vista informativo⁶, na medida em que possuem um grande número de traços comuns, quer com o nível superordenado, quer com o subordinado, sem, no entanto,

⁴ KLEIBER, G.; TAMBA, I. – L’Hyponymie Révisitée: Inclusion et Hiérarchie, in *Langages*, 98, 1990, pp. 7-32

⁵ CARVALHO, M. – O Nó Estatístico, in *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho e Outras Histórias*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 67

⁶ Por constituir um estrato hierárquico privilegiado, denomina-se o nível médio como nível de base. Neste trabalho, optou-se por uma denominação mais próxima da nomenclatura original, acentuando mais o seu posicionamento na hierarquia do que o seu valor em termos de grau de abstracção conceptual.

Veja-se, a este respeito, THEISSEN, A. – *Le Choix du Nom dans le Discours*, Genève, Librairie Droz, 1997

implicarem uma sobre-especificação (nível subordinado) ou uma subespecificação (nível superordenado). Por ser considerado como o nível mais alto em que uma imagem mental pode representar uma categoria inteira, o nível médio é muito frequente no processo de denominação por hiponímia. Pode, no entanto, atribuir-se aos três níveis referidos um conjunto comum de traços semânticos que garantem as regras de implicação entre eles.

Tal como o exemplo (2), o exemplo (3) confirma este padrão da hiponímia e ilustra a sua ocorrência preferencial:

- (3) – Agora é a tua vez, pobre carvalho! – dizia algum tempo depois. – Muito queria a minha Mãe àquela árvore! Por suas mãos a plantou bem tenra⁷.

1.2. Meronímia

A meronímia é igualmente uma relação lexical caracterizada pelo traço de inclusão. No entanto, ao contrário da hiponímia, consiste numa relação hierárquica em que B é parte de um outro objecto A. Isto significa que frequentemente se trata de uma relação parte-todo, caracterizada dentro da hierarquia tipificada pelo verbo 'ter', cuja paráfrase corresponde às seguintes afirmações:

X é uma parte de Y
Y tem um X

Os exemplos (4) – (6) confirmam estes traços:

- (4) As substâncias activas não se encontram uniformemente distribuídas pelas diferentes partes da planta. As que são utilizadas designam-se por fármacos vegetais. A folha, base de todas as sínteses químicas, é a parte mais utilizada, pois produz os heterósidos e a maior parte dos alcalóides. O caule é apenas uma via de circulação entre as raízes e as folhas, podendo conter activos, especialmente na casca⁸.
- (5) Era dia de orquestra. A orquestra vinha duas vezes por semana de uma praia vizinha. Os músicos eram magros e novos e tinham smokings velhos, ligeiramente esverdeados pelo uso e pela humidade das invernias marítimas⁹.
- (6) 1. Depois de limpar a panela, deite-lhe os alimentos e ingredientes.
2. Coloque a tampa, faça girar horizontalmente o travessão de aço inoxidável...¹⁰

⁷ DINIS, J. – *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora, 1977, p. 335

⁸ READER'S DIGEST – *Op. Cit.* nota 2, p. 13

⁹ ANDRESEN, S.M.B. – Praia, in *Contos Exemplares*, Porto, Figueirinhas, 1983, p. 136

¹⁰ Folheto de instruções Silampos

De facto, existe, em todos os exemplos, uma relação entre um todo e as suas partes, que se traduz nas seguintes asserções:

Uma planta tem folhas.

Uma orquestra tem músicos.

Uma panela de pressão tem uma tampa.

Esta relação depende do modo como cada parte individual possível se relaciona com o todo, dado que a relação de dependência varia conforme se trate de um todo composicional ou de um todo funcional. Em qualquer dos casos, ontologicamente, uma parte de um determinado todo caracteriza-se sempre pelo traço ‘espécie’, visto que indica, em simultâneo, o todo com o qual está relacionada e o tipo de coisa de que se trata.

Considerando esta relação como uma relação estrita de ordenação parcial, Winston et al. (1987)¹¹ propõem uma tipologia de seis categorias de merónimos: componente-objecto integral, membro-colecção, porção-massa, material-objecto, elemento-actividade e lugar-área, baseando a sua distinção em elementos de natureza relacional, segundo os quais as partes se classificam com os traços [\pm funcional], [\pm idêntico] e [\pm separável].

Os exemplos (4) – (6) integram-se na primeira classe referida – a de componente-objecto integral. Isto deve-se ao facto de ‘planta’/‘folha’ (4), ‘orquestra’/‘músicos’ (5) e ‘panela de pressão’/‘tampa’ (6) constituírem uma relação em que o todo é considerado como um objecto possuindo uma estrutura ou organização na qual alguns componentes ou partes são destacáveis. Assim, tendem a acumular não só um papel funcional, mas também propriedades de similaridade, ainda que sem identidade, e de distintividade em relação ao significado desse todo¹².

Esta caracterização permite afirmar que a meronímia não implica propriamente um processo de inclusão entre classes, mas antes a conexão entre dois elementos que estão mutuamente implicados, correspondendo essa implicação à paráfrase:

X está implicado no sentido de Y

Há, por esse facto, uma espécie de inclusão entre a entidade que sofre a divisão e o resultado que dela decorre, não estando, no entanto, as propriedades do todo

¹¹ WINSTON, E.M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. – *Op. Cit.* nota 1, p. 421

¹² É evidente que, apesar de poderem ser integradas na mesma classe, as entidades lexicais envolvidas na relação de meronímia dos diversos exemplos apresentam diferenças que decorrem de propriedades lexicais às quais não se atenderá, por não serem objecto fulcral deste trabalho.

Veja-se, para a sua caracterização, LANGACKER, R.W. – Nouns and Verbs, in *Language*, 63(1), pp. 53-94

obrigatoriamente incluídas nas suas partes, dado que uma parte não é semanticamente idêntica ao sentido do todo. Por este motivo, a meronímia é assimétrica e frequentemente intransitiva.

Esta questão relaciona-se de forma estreita com a natureza léxico-semântica das entidades que correspondem quer às partes, quer ao todo. Na medida em que existe uma relação de pertença que predica uma parte de um todo, mas nunca o todo como uma totalidade, o todo liga-se às partes mediante uma dependência ontológica na qual se definem as suas partes necessárias ou típicas.

Em função dessa definição, considera-se a existência de dois tipos de merónimos : os canónicos, que correspondem às partes mais salientes de um todo, e os facultativos, que não se encontram inscritos no estereótipo do todo ao qual estão ligados.

Esta distinção torna-se mais facilmente perceptível se considerarmos a divisão do sentido nas suas partes estereotípicas que, de acordo com Wierzbicka (1985)¹³, podem ser parafraseadas da seguinte forma:

- Imaginando coisas deste tipo, as pessoas diriam estas coisas acerca delas;
- Imaginando coisas deste tipo, as pessoas poderiam dizer estas coisas acerca delas.

Ainda que esta distribuição seja efectuada em função dos traços lexicais e semânticos das unidades lexicais envolvidas, a sua mais importante fonte situa-se a um nível empírico, porque a relação lexical é altamente suportada pelo conhecimento enciclopédico de uma comunidade (Vilela, 1999)¹⁴.

Nos exemplos (4) – (6), os merónimos ‘folha’, ‘caule’, ‘músicos’ e ‘tampa’ são canónicos, visto que correspondem a partes salientes do seu todo. Fazem parte de um conhecimento comum, de tal forma que equivalem a coisas que as pessoas diriam de ‘planta’, ‘orquestra’ e ‘panela de pressão’. Ao contrário de ‘folha’, ‘caule’ e ‘tampa’, que existem basicamente como componentes ou parte de outro objecto, o merónimo ‘músicos’ apresenta um grau mais baixo de dependência ontológica em relação ao todo, pois ela circunscreve-se a um dos seus traços típicos – ‘tocar música’¹⁵.

¹³ WIERZBICKA, A. – *Lexicography and Conceptual Analysis*, USA, Karoma Publishers, 1985, pp. 31-32

¹⁴ VILELA, M. – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 1999, p. 440

¹⁵ Por esta razão, o pressuposto generalizado de que esta relação deve obedecer a uma equação baseada numa afirmação genérica (CRUSE, D.A. – *Lexical Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986) que valide sempre a aceitação da estrutura meronímica deve ser considerado num sentido menos absoluto.

A definição lexicográfica destes termos representa um apoio válido na descrição das suas partes estereotípicas, como demonstra a sua aplicação ao exemplo (5):

Orquestra → s.f. conjunto de músicos (ou instrumentos musicais) que executam uma peça; lugar, no teatro, reservado aos músicos; sons harmoniosos (...) ¹⁶

Músico → s.m. indivíduo que sabe música; membro de uma orquestra, banda ou filarmónica; o que vive de cantar ou tocar (...) ¹⁷

2. Hiponímia, Meronímia e Anáfora

A síntese dos principais elementos envolvidos na descrição da hiponímia e da meronímia permite-nos extrair duas conclusões relevantes. Em primeiro lugar, há um conjunto de características que tornam possível distinguir e aproximar estas duas relações, tal como é explicitado na tabela 2.

Em segundo lugar, esta tabela confirma a ideia de que o léxico possui uma dimensão hierárquica na qual é possível equacionar a existência de algumas relações *a priori*. Este tipo de relação consiste numa ligação convencional, num conhecimento genérico que une as entidades lexicais de uma forma estereotípica ou necessária. Por conhecimento genérico e partilhado deve entender-se a existência de uma informação

Relação semântica	Diferenças	Semelhanças
Hponímia	relação 'uma espécie de' generalização inclusão entre classes	
	similaridade de classes baseada em propriedades intrínsecas	
	simetria	hierarquia vertical
	transitividade	relação mono-orientada
	pertença à hierarquia 'ser'	classes abertas
Meronímia	relação 'uma parte de' agregação	compatibilidade exclusiva
	implicação entre elementos de classes	com entidades nominais
	similaridades baseadas em propriedades mais extrínsecas	inclusão
	assimetria	
	intransitividade	
	pertença à hierarquia 'ter'	

Tabela 2: Relações entre hiponímia e meronímia

¹⁶ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, p. 1203

¹⁷ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 1145

semântica que não depende do referente considerado como uma entidade individual, mas descreve o tipo ou conceito no qual ele deve ser inscrito (Kleiber, 2001)¹⁸.

As regras de implicação atribuídas à meronímia e à hiponímia consideram este tipo de conhecimento e representam um suporte útil na descrição de fenómenos como a anáfora, comumente descrita como uma questão de incompletude semântica que deve ser resolvida através de uma estratégia inferencial, operando simultaneamente com base em ligações semânticas e informação contextual. Isto significa que, apesar de as condições sintácticas influenciarem a forma como esta dependência ocorre, as condições semânticas e pragmáticas devem ser consideradas como as mais importantes para a sua explicação.

2.1. Hiponímia e Anáfora

Os exemplos (1) – (3) integram-se no domínio da anáfora nominal lexical co-referencial. São, por isso, considerados como representativos da anáfora directa, designação que se deve sobretudo às relações semânticas atribuídas às entidades lexicais envolvidas no processo.

Em todos os casos, há uma relação de hiponímia - hiperonímia que opera por meio de implicações lexicais condensadas numa relação de inclusão cuja orientação se processa de um nível inferior para um nível superior. Dado que o hipónimo corresponde usualmente a uma entidade de nível médio, ou a uma entidade subordinada, e o hiperónimo é representado pelo nível mais genérico, esta orientação implica uma perda de informação relativamente ao anafórico.

Isto é possível, porque a conexão entre o antecedente e o anafórico obedece a uma implicação lexical, que se funda na recorrência de traços lexicais, correspondente à junção de um conjunto de propriedades que satisfaz ambas as entidades. Em consequência, só uma entidade é referida neste tipo de anáfora, mesmo quando ocorre um processo de substituição lexical, como acontece nos exemplos (1) – (3). O principal efeito da co-referência é que o segmento anafórico pode referir-se ao seu antecedente mediante a selecção de uma das diferentes implicações inscritas na entidade lexical que tem o papel de antecedente. Além da economia pragmática que esse processo representa, ele torna possível associar ao traço [+ co-referencial] o traço [+ directo], visto que a referência ao antecedente é feita por uma propriedade essencial do anafórico – o traço designador da sua classe – que se

¹⁸ KLEIBER, G. – *L'Anaphore Associative* – Paris, Presses Universitaires de France, 2001, p. 77

encontra incluído no sentido do antecedente. O exemplo (3) confirma esta expectativa lógica através da definição lexicográfica de ‘carvalho’ e ‘árvore’:

Carvalho → (bot.) s.m. árvore ou arbusto da fam. das Fagáceas, comum em Portugal, útil, especialmente pela madeira, pelo fruto tanino que fornece (...) ¹⁹

Árvore → s.f. planta lenhosa, cuja altura não é menor que cinco metros, e que, em regra, não apresenta ramificações na base (...) ²⁰

Por outro lado, os exemplos (1) – (2) evidenciam ainda uma conexão que não pode ser confundida com a existência de uma fase intermédia no processo anafórico, que se localizaria entre os pólos da relação anafórica constituídos pelas entidades lexicais ‘amieiro-negro’ - ‘planta’ e ‘macaco’ - ‘animal’ e seria desempenhada por ‘arbusto’ e ‘chimpanzé’. O que se verifica, de facto, é a valorização de uma equação transitiva entre as três entidades lexicais envolvidas.

Em suma, há duas anáforas co-referenciais com um antecedente comum, mas diferentes consequências no fluxo informativo. Esta estrutura, na qual um nível subordinado está associado a um nível genérico ou médio, compete com uma estrutura que parece ser mais comum, cuja orientação é nível médio → nível genérico.

O exemplo (7), tal como o (3), ilustra este processo:

(7) Meia-dúzia de vacas passeiam pachorrentas no meio da estrada molhada. Ninguém se apressa ou impacienta, mesmo quando um dos animais pára, como que para observar a paisagem ²¹.

A preferência por um ou outro nível depende não só dos traços lexicais que constituem a entidade lexical, mas essencialmente do conhecimento enciclopédico partilhado pelos falantes, que deve ser relacionado com o conhecimento pragmático requerido numa certa situação para permitir a interpretação da anáfora.

2.2. Meronímia e Anáfora

As relações semânticas estabelecidas entre elementos lexicais e fundadas num conhecimento enciclopédico comum são igualmente significativas no que se refere à configuração das relações anafóricas presentes nos exemplos (4) - (6). Elas permitem ainda distinguir os traços considerados no tipo de anáfora precedente

¹⁹ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 313

²⁰ COSTA, J.; SAMPAIO E MELO, A. – *Op. Cit.* nota 16, p. 162

²¹ Jornal *PÚBLICO*, 24/05/03

dos traços anafóricos decorrentes destes exemplos, em que a relação anafórica se caracteriza por ser não co-referencial e indirecta.

Estas características resultam de uma relação semântica entre o antecedente e o anafórico, baseada numa regra de implicação, que é determinada a partir de uma estratégia inferencial na qual a expressão anafórica específica e evoca a entidade lexical correspondente ao antecedente. Dado que as entidades lexicais envolvidas nesta relação não permitem a identificação de traços comuns semânticos entre elas, é necessário optar por uma configuração anafórica na qual o anafórico não está explicitamente relacionado com o antecedente, mas pressupõe um *denotatum* implícito inferível a partir do contexto anterior (Koch, 2002)²². Neste sentido, à representação do referente está subjacente uma implicação estrita baseada no conhecimento partilhado do elo estereotípico existente entre o anafórico e o seu antecedente. Em consequência, a relação entre eles corresponde a uma associação que pode ser configurada por intermédio da meronímia, o que se deve ao facto de a parte ser perspectivada como um ingrediente provável do todo, que constitui o principal elemento no estabelecimento da inferência, por corresponder à estrutura global a partir da qual algumas partes podem ser destacadas.

É por isso que este tipo de associação se denomina anáfora associativa, um tipo de anáfora indirecta que se baseia, em grande parte, num conhecimento estereotípico (Kleiber, 2001)²³. Além deste ponto de vista, seguido por Kleiber, Schmedecker e Ducrot, segundo o qual as relações anafóricas têm uma base lexical, previamente inscrita na língua, há uma outra teoria sobre a anáfora associativa, subscrita por Charolles, Berrendonner, Apothéoz, Reichler-Béguelin e Dubois, que defende que a explicitação dessa relação deve ser procurada no contexto.

Independentemente da direcção seguida por cada uma destas teorias, considera-se que são propostas complementares no tratamento da anáfora associativa, visto que, se, por um lado, é evidente que um todo implica geralmente algumas partes e que o contexto fornece indicações para a sua determinação, por outro, a relação de implicação parece basear-se frequentemente num conhecimento lexical preexistente à relação anafórica, o que é fundamental para a configuração deste tipo de anáfora.

Tomando em linha de conta, por exemplo, o excerto (6), verifica-se que a relação anafórica entre ‘panela de pressão’ e ‘tampa’ pode ser configurada através de uma relação lexical de meronímia, que é sustentada pelo conhecimento lexical e pelo conhecimento enciclopédico. De facto, saber que uma ‘tampa’ se caracteriza

²² KOCH, I.V. – *Desvendando os Mistérios do Texto*, São Paulo, Cortez Editora, 2002, p. 113

²³ KLEIBER, G. – *Op. Cit.* nota 18, p. 89

pelo traço funcional ‘servir para tapar alguma coisa’ implica uma inferência dedutiva através da qual se atribui a uma entidade não explícita o papel de foco da relação anafórica. Esta atribuição baseia-se numa dependência interpretativa do anafórico em relação ao seu antecedente, que corresponde à instrução de procurar no contexto a entidade lexical que implica aquela parte. O termo ‘tampa’ aparece, assim, como componente provável de ‘panela de pressão’, visto que esta se caracteriza geralmente por ter ‘alguma coisa para tapá-la’. Como pode ser considerado uma parte saliente do todo ao qual está associado, constitui um merónimo canónico desse todo.

Um traço comum dos exemplos (4) - (6) consiste na orientação desta relação anafórica: de cada todo para as suas partes. Isto significa que os merónimos possuem a informação de serem uma parte do todo, constituindo, por conseguinte, uma pista para procurar o todo.

2.3. Especificadores e Contexto

Ainda que os traços lexicais e semânticos anteriormente apontados sejam relevantes na configuração anafórica, eles devem ser articulados com uma abordagem dos especificadores²⁴ e do contexto, na medida em que estes contribuem para um melhor entendimento da anáfora e confirmam a importância do papel desempenhado por cada uma das relações lexicais referidas na sua configuração.

Nesse domínio, os determinantes repercutem uma forma específica de estabelecer e manter a referência, desempenhando, por isso, uma função relevante no processo de denominação, ao apresentarem o referente denotado pelo grupo nominal ao qual pertencem de uma forma específica. Embora os exemplos propostos não cubram todas as possibilidades de combinações entre o núcleo lexical de um grupo nominal e os especificadores possíveis (tabela 3), atestam a sua importância e permitem reforçar a funcionalidade das relações lexicais na configuração da anáfora.

Relações lexicais	Tipo de anáfora	Especificadores	
		Primeira menção	Segunda menção
Hiponímia	co-referencial	definido	definido
		definido +	indefinido
		possessivo	demonstrativo
		quantificador	demonstrativo
Meronímia	não co-referencial	definido	definido

Tabela 3: Distribuição dos determinantes de acordo com os exemplos (1) - (7)

²⁴ O termo especificador é entendido de acordo com o seu uso em MATEUS, M.H.M.; BRITO, A.M.; DUARTE, I.; FARIA, I.H. – *Gramática da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 189. Engloba não só os determinantes, mas também os quantificadores.

Da análise da tabela 3 destacam-se duas conclusões. A primeira consiste na constatação de que a anáfora co-referencial apresenta uma maior variedade de determinantes possíveis, enquanto a anáfora não co-referencial parece admitir muito poucos determinantes para actualizar os nomes que compõem o grupo nominal envolvido no processo anafórico. Isto deve-se às propriedades semânticas da relação anafórica em causa, que deve ser relacionada com as consequências de dominância da relação de inclusão ou de implicação nas relações lexicais. Esta distinção observa-se no uso de artigo definido ou de demonstrativo como segunda menção, por exemplo. Enquanto o definido constrói ou recobre uma representação particular do *denotatum* do referente ao qual é atribuído o traço de unidade, o demonstrativo destaca um objecto por oposição a outros objectos da mesma classe.

A segunda fundamenta a necessidade de considerar o contexto em que esses especificadores e os nomes que com eles formam um grupo nominal ocorrem.

De facto, a determinação dos sentidos lexicais baseia-se no léxico e no contexto, já que os traços lexicais encontram a sua plena significação no texto. Isto não implica que se desvalorize a importância das relações lexicais, como fazem, por exemplo, Berrendonner e Charolles em relação à anáfora associativa, mas torna possível uma explicação mais completa do fenómeno.

Na verdade, o contexto tem, claramente, um papel no processamento dos itens lexicais, perceptível a diferentes níveis. Assim, dependendo do tipo de inclusão da representação anafórica numa certa categoria activada pelo contexto, o processo anafórico torna-se mais ou menos fácil. Isto mostra que o contexto tende a ser um indicador útil na predição do que se segue, podendo ainda criar algumas relações originais e justificar outras. Além disso, há casos em que a anáfora pode depender de um merónimo opcional, porque a ligação estabelecida entre a parte e o todo se baseia mais num conhecimento contingente do que numa relação lexical essencial.

Apesar da relevância concedida ao papel do contexto no processamento anafórico, é evidente que não se pode fazer depender dele todas as relações configuradas a esse nível, tornando-se, por conseguinte, fundamental considerar que, em todos estes casos, a semântica e a pragmática estão funcionalmente interligadas nos processos cognitivos subjacentes ao estabelecimento e manutenção da referência discursiva (Marslen-Wilson et al., 1982²⁵; Fonseca, J., 1994²⁶).

²⁵ MARSLEN-WILSON, W.; LEVY, E.; TYLER, L.K. – Producing Interpretable Discourse: The Establishment and Maintenance of Reference, in JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (ed.) – *Speech, Place and Action*, New York, John Wiley & Sons, 1982, pp. 339-377

²⁶ FONSECA, J. – *Pragmática Linguística: Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 102

3. O papel textual da anáfora

De forma genérica, a anáfora representa uma estratégia relevante para a continuidade textual, não só pela relação de coerência que implica num contexto discursivo particular, mas também pelas restrições impostas pela natureza do que é predicado relativamente à referência anafórica (Cornish, 1996)²⁷.

Por esta razão, as relações lexicais que configuram a anáfora actuam, quer ao nível da continuidade textual, quer em relação às inferências a ela subjacentes, porque a semântica do núcleo do grupo nominal é muito importante na orientação do texto.

As duas relações semânticas tratadas podem ser, pela sua funcionalidade ou configuração anafórica, associadas a dois modos distintos de progressão textual.

A anáfora configurada por uma relação lexical de hiponímia - hiperonímia tem basicamente um papel temático e é responsável pela manutenção da referência discursiva. Trata-se, portanto, de uma estratégia de redenominação de uma entidade previamente mencionada, que implica uma generalização em relação à primeira menção e pode ser acompanhada por diferentes tipos de determinantes. Em (3), por exemplo, o termo lexical 'árvore' redenomina o termo lexical com a posição de antecedente, 'carvalho', de tal forma que se verifica uma continuidade discursiva por generalização de sentido com a inclusão de uma classe noutra classe. Contudo, esta generalização não implica uma mudança de direcção na referência, pois há apenas um procedimento de recategorização de uma classe inferior que contém o termo nominal 'carvalho' numa classe superior, 'árvore'.

Ao contrário desta, a anáfora não co-referencial envolve a formulação de novas predicções em relação aos elementos temáticos já introduzidos no texto. Por isso, a anáfora associativa, por exemplo, pode ser considerada como um processo híbrido, visto que predica alguma coisa acerca de um elemento por intermédio de outro elemento, que foi anteriormente apresentado ou sugerido no texto, operando, no que se refere à continuidade textual, não só uma recategorização, mas também uma mudança na direcção da referência.

Este hibridismo da anáfora associativa pode ser ilustrado pelo exemplo (5), onde o termo lexical 'músicos', o segmento anafórico, representa uma nova predicção do antecedente nominal 'orquestra'. Há, neste contexto, um processo remático sem perda de continuidade da referência, porque ambas as entidades convocam conceptualmente o mesmo conceito. Esta continuidade é ainda reforçada pelo uso dos determinantes definidos.

²⁷ CORNISH, F. – Coherence: The Lifeblood of Anaphora, in *Belgian Journal of Linguistics*, 10, 1996, pp. 37-53

Em síntese, enquanto a anáfora co-referencial implica continuidade por redenominação, a anáfora indirecta implica continuidade e progressão ao introduzir novas entidades relacionadas com entidades semanticamente diferentes. As escolhas lexicais, que estão subjacentes a este tratamento, são responsáveis pela orientação semântica e funcional do texto. Embora de forma empírica, a tabela 4 sumaria alguns padrões comuns de interligação entre relações lexicais e anáfora no domínio do texto.

4. Conclusão

A leitura da tabela 4 permite, no termo desta reflexão, reforçar as hipóteses de partida e formular algumas hipóteses de trabalho futuro.

Na verdade, ela evidencia que as relações lexicais têm um papel importante na configuração da anáfora e na forma como o texto progride. Além disso, estas relações confirmam a relevância de uma teoria baseada no léxico para explicitar a anáfora desde que suportada por um esquema cognitivo e pragmático de análise.

Tipo de relação	Tipo de anáfora	Orientação textual	Funções textuais	Configuração formal
Hiponímia	Co-referencial (directa)	Hiponímia → Hiperonímia	Redenominação Recategorização Papel temático Manutenção da direcção da referência	Especificador + termo nominal
Merónímia	Não co-referencial (indirecta → associativa)	Holonímia → Meronímia	Nova predicção Recategorização Papel temático-remático Mudança da direcção da referência	Especificador + termo nominal

Tabela 4: Relações entre hiponímia, meronímia e anáfora no texto

A distinção entre meronímia e hiponímia mostra que, independentemente dos mecanismos envolvidos, há uma clara interdependência entre semântica lexical e pragmática. Esta evidência pode ser encontrada nos sentidos lexicais e no texto, que deve ser entendido como uma actividade de cooperação caracterizada por dois traços: coesão e coerência.

A confirmação da importância destes elementos no domínio da anáfora textual torna pertinente dar continuidade a este campo de estudo, no sentido de aprofundar questões como a implicação destas duas relações no processamento textual, os padrões possíveis da sua ocorrência no texto, a distinção entre a anáfora e outros tipos de estratégias linguísticas nas quais as relações lexicais são relevantes e a exploração da relação que parece existir entre certos tipos de relações lexicais e diferentes tipos de texto.

Fátima Silva